

A trajetória da pessoa com deficiência ao longo da história e o papel dos museus na inclusão social

Jessica Dezvani

Analista de inclusão e acessibilidade

Resumo

O artigo discute a trajetória histórica das pessoas com deficiência, destacando processos de exclusão e avanços decorrentes das lutas por direitos humanos. Analisa a mudança do modelo assistencialista e biomédico para o modelo social da deficiência, bem como a evolução das terminologias e a consolidação de marcos legais, com destaque para a Lei Brasileira de Inclusão. Aborda ainda o papel dos museus como espaços de educação não formal e inclusão cultural, evidenciando práticas de acessibilidade no atendimento ao público. Destaca-se a atuação do Museu Catavento, por meio do Núcleo Catavento Acessível, como exemplo de promoção da acessibilidade.



Introdução

A forma como a deficiência é compreendida e vivenciada nas sociedades reflete valores históricos, culturais e políticos que, ao longo do tempo, moldaram práticas de exclusão, segregação e silenciamento das pessoas com deficiência. Durante séculos, esses sujeitos foram posicionados à margem da vida social, tendo sua existência interpretada a partir de perspectivas moralizantes, assistencialistas ou estritamente biomédicas, que restringiam sua participação plena e efetiva na sociedade. Somente a partir das lutas sociais e da ampliação do debate sobre direitos humanos é que a deficiência passou a ser reconhecida como uma questão social, indissociável das condições do meio e das relações estabelecidas coletivamente.

Nesse sentido, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015) representa um marco ao definir a pessoa com deficiência como aquela que possui impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que, em interação com uma ou mais barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Essa concepção evidencia que a deficiência não reside exclusivamente no corpo do indivíduo, mas na relação entre os impedimentos e as barreiras existentes nos contextos sociais.

A mesma legislação amplia a compreensão de acessibilidade ao defini-la como a possibilidade e condição de alcance, percepção e uso, com segurança e autonomia, de espaços, informações, serviços, equipamentos e tecnologias. Para isso, reconhece a existência de diferentes tipos de barreiras: urbanísticas, arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações e na informação, atitudinais e tecnológicas que, ao não serem enfrentadas, perpetuam desigualdades e impedem o exercício pleno da cidadania.

Compreender esse percurso histórico implica reconhecer que as conquistas das pessoas com deficiência são resultado direto de processos de mobilização, resistência e reivindicação por direitos, sintetizados no lema internacionalmente difundido "Nada sobre nós sem nós", que afirma o protagonismo desse grupo na construção das políticas, práticas e narrativas que lhes dizem respeito. A partir dessa perspectiva, o debate sobre deficiência, acessibilidade e pertencimento torna-se fundamental para a reflexão sobre os espaços sociais e culturais contemporâneos.



A pessoa com deficiência ao longo da história

Em relação a trajetória da pessoa com deficiência, muitas lutas e desafios já se iniciam na antiguidade, pois, sempre existiu registros ao longo da história em diferentes civilizações.

Os caçadores coletores, na vida primitiva das civilizações, o abandono era comum, pois, o ambiente não era propício e os mais adaptados sobreviviam no ambiente.

Na época da Grécia Antiga, Platão e Aristóteles em suas obras se expressaram: A República e Política, refletiam a excludência que ocorriam na época com pessoas com deficiência e em seus escritos, defendiam que o estado deveria regular o nascimento e criação das crianças, sugerindo que aquelas consideradas “disformes” não fossem criadas ou fossem afastadas do convívio social, evidenciando que pessoas com deficiência eram vistas como inadequadas para a ideia do cidadão grego.

Já na antiga Roma, os pais decidiam que filhos que nasciam com deficiência se eram mortos ou não, ou simplesmente decidiam ao abandono. Aqueles abandonados e sobreviventes, eram explorados para entretenimento ou mendicância.

No Império Romano, aqueles que iam para batalhas e retornavam mutilados, eram afastados do convívio da sociedade.

Com o crescimento e expansão do cristianismo no século VI, a caridade e cuidado com as pessoas mais vulneráveis incluindo pessoas com deficiência se tornaram uma prática comum.

Na idade média, com a queda do Império Romano, no século V, e se estendeu até a Queda de Constantinopla, no século XV, foi marcada por condições precárias. Nesse contexto, as pessoas com deficiência que nasciam eram interpretadas como castigo divino ou associadas ao misticismo e eram afastadas de suas famílias e ridicularizadas.

Na revolução industrial, a forma de compreensão em relação ao olhar da pessoa com deficiência foram sofrendo mudanças significativas, com visão biomédica e visões científicas, a deficiência passou a ser entendida como uma questão individual ligado ao corpo e a saúde humana, consolidando um modelo médico.

Com essas mudanças e novos entendimentos, foram criadas instituições especializados psiquiátricos, asilos e escolas de educação especial, mas ainda assim fazendo com que as pessoas com deficiência fossem afastadas do convívio público e social, em condições precarizadas.

Na idade contemporânea, mesmo com os avanços científicos, ainda assim por muito tempo existiu a abordagem assistencialista e paternalista, as pessoas com deficiência eram vistas com olhar de caridade e não como pessoas com direitos.

Além disso, o século XX foi marcado por episódios extremos de violência. O regime do Nazismo, liderado por Adolf Hitler, promoveu o extermínio sistemático de pessoas com deficiência, consideradas “vidas sem valor”, evidenciando a permanência de práticas de exclusão e desumanização.

Durante parte do século XX no Brasil, houve ações conduzidas por instituições de igrejas e organizações privadas. Na década de 1970 e 1980, as pessoas com deficiências começaram a se organizar mais politicamente, formando movimentos sociais e reivindicarem por direitos.

Através das mobilizações sociais e busca por conquistas por direitos humanos, as pessoas com deficiência passam a ser reconhecidas como sujeitos com direitos e buscam não serem tratadas com assistencialismo.

Movimentos Sociais das Pessoas com Deficiência

No pós - segunda guerra mundial, o mundo passou por grandes mudanças e transformações sociais e políticas. Debates sobre direitos humanos, igualdade, liberdade e justiça social se fortaleceu. Os movimentos sociais das pessoas com deficiência surgiram nesse contexto por luta de não exclusão social, articulando resistência, defendendo autonomia, acessibilidade, educação e trabalhos dignos.

Na década de 1960, familiares de pessoas com deficiência iniciaram mobilizações organizadas contra a discriminação. Nos anos 1970, estudos e debates sobre reabilitação e inclusão de mutilados de guerra ganharam força nos Estados Unidos e na Europa, especialmente nos países nórdicos como Suécia, Dinamarca e Noruega. Esse movimento ficou conhecido como movimento de integração, propondo a ruptura com sistemas educacionais paralelos e defendendo a convivência entre alunos com e sem deficiência.

Na África do Sul, o período do Apartheid aprofundou de forma extrema as desigualdades sociais. Pessoas negras com deficiência vivenciavam múltiplas formas de exclusão, resultantes tanto do racismo estrutural quanto no capacitismo. Nesse cenário, o grupo Disabled People South Africa (DPSA) articulou sua atuação ao movimento antiapartheid e difundiu o lema “Nada sobre nós sem nós”, expressão que se tornou referência internacional na defesa do protagonismo e da participação política das pessoas com deficiência.

No Brasil, o fortalecimento do movimento das pessoas com deficiência ocorreu em meio ao processo de redemocratização e à intensa mobilização social do final da década de 1970. Entre 1978 e 1981, a cidade de São Paulo consolidou-se como um importante polo de articulação política, marcada por greves operárias no ABC paulista, mobilizações estudantis e reivindicações por moradia, saúde e educação. Esse contexto favoreceu a organização de grupos historicamente invisibilizados, entre eles, as pessoas com deficiência.

A partir de 1978, passaram a surgir movimentos autônomos conduzidos pelas próprias pessoas com deficiência, que reivindicavam direitos civis e políticos, acesso ao transporte público, garantia de escolarização, visibilidade social e o fim de práticas segregacionistas. Destacam-se organizações como o Movimento pelos Direitos das Pessoas com Deficiência (MDPD), o Centro de Vida Independente (CVI) e o Núcleo de Integração dos Deficientes (NID).

Em 1981, a Organização das Nações Unidas instituiu o Ano Internacional das Pessoas com deficiência, inserindo definitivamente o tema na agenda global. Em São Paulo, essa mobilização internacional impulsionou o ativismo local, que passou a ocupar o espaço urbano como forma de denúncia das exclusões cotidianas. Transporte inacessível, calçadas inadequadas e a ausência de recursos de acessibilidade em escolas e edifícios públicos evidenciavam barreiras estruturais presentes na vida diária.

Durante a década de 1980, o paradigma da integração ganhou força no país. Embora ainda estivesse baseado na ideia de que a pessoa com deficiência deveria se adaptar aos sistemas já existentes, esse movimento representou avanço importante na busca por presença e participação nos espaços sociais e educacionais.

Na segunda metade da década de 1990, o movimento inclusivo se consolida e promove uma mudança de perspectiva: o foco deixa de ser a adaptação individual e passa a ser a transformação das estruturas sociais. A pessoa com deficiência passa a ser reconhecida como sujeito de direitos, e a inclusão torna-se princípio orientador das políticas públicas e educacionais.

Legislação e Marcos Internacionais

O fortalecimento dos movimentos sociais das pessoas com deficiência teve impacto direto na criação de marcos legais e acordos internacionais voltados à garantia de direitos humanos, à promoção da igualdade de oportunidades e à consolidação da educação inclusiva. A deficiência deixou de ser compreendida apenas sob uma perspectiva assistencial ou médica e passou a integrar o campo dos direitos fundamentais e da justiça social.

Um dos primeiros marcos desse processo foi a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada em 1948 pela Organização das Nações Unidas. Embora não trate especificamente das pessoas com deficiência, o documento estabelece princípios de dignidade, igualdade e não discriminação que fundamentaram legislações posteriores e fortaleceram o reconhecimento desse grupo como sujeito de direitos.

Em 1990, a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, defendeu o acesso universal à educação básica de qualidade e reconheceu que os sistemas educacionais precisavam enfrentar desigualdades estruturais responsáveis pela exclusão de milhões de pessoas.



Em 1994, a Declaração de Salamanca tornou-se referência central para a educação inclusiva. O documento estabeleceu que escolas regulares devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais, sociais, culturais ou linguísticas. Esse marco consolidou a transição do modelo segregado para o paradigma inclusivo, defendendo que o sistema educacional deve se adaptar à diversidade dos estudantes.

No âmbito jurídico internacional, destaca-se também a Convenção da Guatemala (1999), voltada à eliminação de todas as formas de discriminação contra pessoas com deficiência e ao fortalecimento do compromisso dos Estados com a igualdade de direitos.

Destaca-se ainda a atuação da Organização Mundial da Saúde (OMS), que em 2001 publicou a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF). O documento inovou ao reconhecer que deficiência e incapacidade não são determinadas apenas por fatores biomédicos, mas também por condições sociais, ambientais e políticas. A CIF fortaleceu o modelo biopsicossocial da deficiência e contribuiu para políticas públicas mais integradas.

Terminologias

As mudanças nas terminologias relacionadas às pessoas com deficiência refletem transformações históricas profundas na forma como a sociedade compreende diferença.

Durante séculos, predominaram termos pejorativos como “inválido”, “incapaz” e “aleijado”, associados à ideia de inutilidade social e exclusão. Essas expressões estavam ligadas a concepções morais e religiosas que compreendiam a deficiência como desvio, castigo ou tragédia individual.

Com o avanço do modelo médico no século XX, difundiu-se a expressão Pessoa Portadora de Deficiência, amplamente incorporada por políticas públicas e documentos oficiais, inclusive no Brasil. Posteriormente, o termo passou a ser criticado pelos movimentos sociais, pois sugere que a deficiência é algo que se carrega e poderia ser dissociado da pessoa, mantendo o foco na limitação individual.

Na sequência, expressões como Pessoa com Necessidades Especiais ganharam popularidade por aparentarem maior sensibilidade. Entretanto, o termo mostrou-se impreciso e excessivamente abrangente, podendo incluir condições temporárias ou situações que não envolvem deficiência, o que enfraquece o reconhecimento identitário.

No campo educacional, difundiu-se a expressão Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais, voltada a estudantes que demandam recursos pedagógicos específicos. Apesar de sua relevância para a organização de políticas educacionais, o termo não é sinônimo de deficiência e não representa as pessoas com deficiência.



A consolidação da expressão Pessoa com Deficiência resulta das lutas dos movimentos sociais e da incorporação do modelo social da deficiência. A terminologia coloca a pessoa antes da condição, reforçando sua dignidade e identidade para além de impedimentos corporais.

No Brasil, essa perspectiva foi incorporada ao ordenamento jurídico quando a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência passou a ter status constitucional em 2008 e foi reafirmada pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015), que oficializa o uso da terminologia e fortalece o compromisso com inclusão e cidadania.

O papel dos espaços museais

Com a evolução das discussões, lutas por direitos e leis em relação a pessoas com deficiência e fazerem parte dos espaços, os museus assumem um papel importante na promoção da inclusão cultural, garantindo a equidade o que está previsto por lei, onde a acessibilidade deixa de ser um recurso que era visto como complementar e passa a ser como prática museológica, democratizando o acesso.

No atendimento ao público, é fundamental considerar tanto as visitas agendadas quanto as espontâneas. As visitas agendadas permitem um planejamento mais detalhado, possibilitando a adaptação de roteiros, a preparação de materiais acessíveis e a mediação especializada conforme as necessidades do grupo. Esse tipo de atendimento favorece experiências mais significativas, uma vez que considera especificidades promovendo uma mediação mais inclusiva e participativa.

Por outro lado, o atendimento ao público espontâneo apresenta desafios importantes, pois exige que o museu esteja permanentemente preparado para acolher diferentes perfis de visitantes sem aviso prévio. Estudos apontam que pessoas com deficiência que visitam museus espontaneamente avaliam não apenas a infraestrutura física, mas também aspectos como comunicação, mediação e autonomia durante a visita. Isso evidencia a necessidade de estratégias contínuas de acessibilidade, que vão além de ações pontuais e estejam incorporadas ao funcionamento cotidiano da instituição.

A acessibilidade museal deve ser entendida como parte de um processo em construção, que envolve reflexão constante sobre práticas, concepções e relações com o público. A educação museal desempenha papel central nesse processo, ao possibilitar a criação de experiências significativas, dialógicas e inclusivas, contribuindo para o desenvolvimento de públicos diversos e para o fortalecimento do vínculo entre museu e sociedade.

Museu Catavento

O Museu Catavento, localizado no histórico Palácio das Indústrias, na cidade de São Paulo, configura-se como um importante espaço de educação não formal voltado à



divulgação científica. Inaugurado em 2009, o museu tem como proposta promover experiências interativas, estimulando a curiosidade, o pensamento crítico e o envolvimento ativo dos visitantes com temas relacionados à ciência, tecnologia, meio ambiente e sociedade.

Nesse contexto, o museu assume um papel relevante na democratização do acesso ao conhecimento, especialmente ao considerar a diversidade de públicos que o frequentam.

É nesse cenário que se insere o Núcleo Catavento Acessível, criado oficialmente em 2014. O Núcleo surge como resposta à necessidade de estruturar ações contínuas de acessibilidade no museu, consolidando-se como um dos principais responsáveis pela promoção da inclusão de públicos historicamente marginalizados.

A atuação do Núcleo está fundamentada, sobretudo, na acessibilidade atitudinal e comunicacional, buscando garantir não apenas o acesso físico, mas também a permanência qualificada e a participação ativa dos visitantes. Para isso, desenvolve estratégias que envolvem tanto a mediação educativa quanto a criação de recursos acessíveis.

A acessibilidade é um processo em constante construção. Assim como ocorre em outros espaços culturais, ainda existem desafios relacionados à ampliação das ações, o que demanda planejamento contínuo, investimento e revisão permanente das práticas adotadas.

Considerações finais

Foi possível compreender que a trajetória das pessoas com deficiência é marcada por processos históricos de exclusão, mas também por intensas lutas sociais que resultaram em avanços significativos no campo dos direitos humanos, da legislação e das políticas públicas. A mudança de paradigma do modelo assistencialista e médico para o modelo social da deficiência evidencia que as barreiras estão, sobretudo, nas estruturas sociais e não nos indivíduos.

Nesse contexto, a consolidação de marcos legais, como a Lei Brasileira de Inclusão, e o fortalecimento dos movimentos sociais foram fundamentais para garantir o reconhecimento das pessoas com deficiência como sujeitos de direitos, capazes de participar plenamente da vida cultural e social.

Os museus, enquanto instituições culturais e educativas, assumem um papel estratégico nesse processo, ao se configurarem como espaços de democratização do acesso ao conhecimento e à cultura. A acessibilidade, nesse sentido, não deve ser compreendida como um recurso adicional, mas como princípio estruturante das práticas



museológicas, orientando desde o planejamento das exposições até o atendimento ao público.

A análise das práticas de atendimento agendado e espontâneo, evidencia que a inclusão efetiva depende de uma atuação contínua, que articule planejamento, formação de equipes, uso de tecnologias assistivas e, sobretudo, uma mudança de postura institucional. Garantir acessibilidade não se limita à eliminação de barreiras físicas, mas envolve também aspectos comunicacionais, atitudinais e culturais.

Referências bibliográficas

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

ONU. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Nova York: Organização das Nações Unidas, 2006.

DINIZ, Debora. O que é deficiência. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BARNES, Colin; OLIVER, Mike. Disability studies today. Cambridge: Polity Press, 2002.

GUGEL, Maria Aparecida. *A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade*.

PEREIRA, Márcio. *A história da pessoa com deficiência*. Revista Científica UEMG – Cláudio, v. 8, n. 5, 2017.

MENICUCCI, Maria do Carmo. *Educação Inclusiva: possibilidades*

COSTA, Andréa Fernandes; CASTRO, Aline Rocha. *Pessoas com deficiência em museus de ciência: perfil e opinião dos visitantes espontâneos*. Interfaces Científicas – Humanas e Sociais. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/humanas/article/view/9436>

AIDAR, Gabriela. *Acessibilidade em museus: ideias e práticas em construção*. Revista Docência e Cibercultura.

ANDRADE, Renata. *Museu inclusivo é museu acessível: importância do design universal na promoção da acessibilidade na cultura*.

NUNES, Gilson Antonio; PAIVA, Gedida Ferreira de. *Diagnóstico da acessibilidade para pessoas com deficiência nos museus de Ouro Preto-MG*.

SILVA, educadores de museus. *Serviços de acessibilidade para pessoas com deficiência intelectual: a experiência dos educadores de museus*. Cadernos CEDES.

IBERMUSEOS. *Acessibilidade a Museus*. Disponível em: <https://www.iber museos.org/wp-content/uploads/2020/05/acessibilidade-a-museus-bra.pdf>

MORAIS, Silvilene de Barros Ribeiro. *As percepções dos profissionais dos museus sobre acessibilidade: concepções e práticas em confronto*.

